



244
98 B

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0151892-9
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Luiz Ferreira da Cunha
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR TRANSFERIDO PARA RESERVA REMUNERADA COM PROVENTOS DO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR, DE "TERCEIRO-SARGENTO PM". INCAPACIDADE FÍSICA SUPERVENIENTE. PLEITO DE MELHORIA DE PROVENTOS PARA O POSTO DE "SEGUNDO-SARGENTO PM". INCABIMENTO. NORMA DE REGÊNCIA TACITAMENTE REVOGADA COM O ADVENTO DA ECE Nº 16/99. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PREVISÃO DO ART. 21, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 59/2004. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NA HIPÓTESE VERTENTE. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO. 1. De início, observa-se que o autor, ora apelado, foi transferido para reserva remunerada, no ano de 1989, com os proventos do grau hierárquico superior, de "Terceiro-Sargento PM", após completar 30 (trinta) anos de serviço na Corporação; 2. Por ocasião de inspeção médica realizada para efeito de reforma na inatividade, no ano de 2002, o militar foi declarado inválido definitivamente, razão pela qual ingressou em Juízo buscando a melhoria de seus proventos, a fim de que fossem fixados com base no posto de "Segundo-Sargento PM"; 3. Ocorre que, com o advento da ECE nº 16/99, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo dos artigos 83, § 1º, da Lei nº 10.426/90 e 98, § 2º, "b", da Lei nº 6.783/74. 4. Com relação ao argumento de inconstitucionalidade formal da ECE nº 16/99, nota-se que a emenda em questão buscou harmonizar a Constituição Estadual aos ditames da Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20, de 98. 5. Por outro lado, conforme visto, o apelado, então "Cabo PM", já foi transferido para a inatividade com os proventos do grau hierárquico superior ("Terceiro-Sargento"), não se enquadrando, portanto, na hipótese do art. 21, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 59/04. 6. Reexame necessário provido, prejudicado o apelo voluntário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0151892-9, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos dos votos do Relator e do Revisor, que integram o acórdão.

Recife, 10 de dezembro de 2009 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello

Relator

AC 0151892-9



245 011
9

FODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0151892-9
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Luiz Ferreira da Cunha
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta em face de sentença que **julgou procedente** a ação ordinária proposta por Luiz Ferreira da Cunha contra o Estado de Pernambuco, objetivando a fixação dos seus proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior, qual seja o de "Segundo-Sargento PM".

Aduziu o autor, ora apelado, em apertada síntese, ter sido declarado inválido definitivamente pela Junta Médica da Polícia Militar de Pernambuco, consoante documentos de fls. 15/17.

Ainda, que os seus proventos não foram fixados em valor correspondente ao grau hierárquico imediatamente superior, violando a previsão do art. 83, § 1º, inciso II, da Lei nº 10.426/90.

Contestação às fls. 22/25.

O Ministério Público de 1º grau opinou pela procedência do pedido (fls. 51/52).

A sentença de fls. 54/57 julgou procedente o pedido, com base na Lei Estadual nº 10.426/90.

O Estado de Pernambuco interpôs apelação (fls. 59/66), alegando, em suma, que o autor já percebe proventos do grau hierárquico superior, desde 1989, consoante documento acostado às fls. 13. Ao final, requereu, por cautela, a redução dos honorários advocatícios.

A douta procuradoria com atuação neste Tribunal aduziu não vislumbrar interesse público que justifique a intervenção do *parquet* (fls. 86/88)

É o relatório no essencial.

À revisão para oportuna inclusão em pauta.

Recife, 08 de outubro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



245-A
99/B

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0151892-9
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Luiz Ferreira da Cunha
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Ab initio, verifico que o autor/apelado - Cabo PM -, foi transferido para a reserva remunerada com os proventos do grau hierárquico imediatamente superior (Terceiro-Sargento), conforme acórdão do Tribunal de Contas às fls. 13/14.

Tal benefício se deu em razão de sua transferência para a inatividade ter ocorrido após mais de 30 (trinta) anos de serviço na Corporação, em conformidade com os arts. 88, I, 89, parágrafo único, e 49, II, da Lei nº 6.783/74.

Posteriormente, por ocasião da inspeção médica realizada para efeito de reforma na inatividade, no ano de 2002, o apelante foi declarado inválido total e definitivamente para qualquer atividade física na vida civil e militar, nos moldes do art. 83, III, da Lei nº 10.426/90 (fls. 15/17).

Em decorrência de sua incapacidade física superveniente, pleiteou o apelante pela melhoria dos seus proventos, com base no grau hierárquico de Segundo-Sargento PM.

Deveras, observo que a inspeção médica que declarou o autor/apelado impossibilitado para toda e qualquer atividade na vida civil e militar foi realizada no ano de 2002 (fls. 15 e 16), enquanto vigia a disposição do art. 100, § 13º, da Constituição Estadual, com a redação dada pela ECE nº 16/99.

A Emenda Constitucional Estadual em questão estendeu aos servidores militares as vedações aplicadas aos servidores públicos civis, determinando que os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderiam exceder a remuneração do respectivo servidor (civil ou militar), no cargo efetivo em que se deu o ato de aposentação.

Assim, com o advento da emenda, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo do art. 83, § 1º e incisos, da Lei nº 10.426/90, *in verbis*:

Art. 83

§ 1º O servidor militar terá os seus proventos calculados com base no soldo correspondente ao



246 100 f

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

grau hierárquico, que na forma da lei, for considerado imediato ao que possuía na ativa, além das vantagens a que fizer jus, quando:

I- incapacitado pelos motivos constantes do inciso I do "caput", deste artigo;

II- verificada a incapacidade definitiva, pelos motivos a que se refere o inciso IV do "caput" deste artigo, for o servidor militar, com qualquer tempo de serviço considerado inválido.

Posteriormente, com a edição da Emenda Constitucional Estadual nº 24/2005, restou revogada - no que tange aos servidores militares -, a vedação expressa então constante do art. 171, §§ 2º e 3º, da CE.

Impende, no ponto, registrar a inviabilidade da repristinação do dispositivo da Lei Estadual nº 10.426/90 (tacitamente revogado), em decorrência das alterações advindas com a ECE nº 24/05, motivo pelo qual é inaplicável aquela disciplina legal, tal como pretendido pelo autor.

Na seqüência, e tendo em conta que a relação jurídica de fundo é de trato sucessivo, e como tal suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes, impende considerar os termos da Lei Complementar nº 59 de 05 de julho de 2004, que dispõe, *in litteris*:

Art. 21. Fica **assegurada** aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a **percepção da remuneração** correspondente ao **posto ou graduação imediatamente superior** ao que ocupava em atividade, a título de promoção.

§ 2º - Aos militares que, até a data da presente Lei, tenham sido reformados ou transferidos para a reserva remunerada no mesmo posto ou graduação que ocupavam em atividade, aplica-se o disposto neste artigo, com reflexos financeiros contados a partir da publicação desta Lei.

Da leitura, noto que a Lei Complementar nº 59, ao assegurar a remuneração do grau hierárquico imediato quando da passagem do militar para a inatividade, o fez a título de promoção, e estendeu àqueles que até a data de sua entrada em vigor tenham sido reformados ou transferidos para a reserva remunerada **no mesmo posto ou graduação da ativa.**

In casu, o autor/apelado, então "**Cabo PM**", foi transferido para a inatividade com os proventos do grau hierárquico imediato de "**Terceiro-Sargento**", na forma do art. 49, II, da Lei nº 6.783/74, aplicável à época.



247
101/3

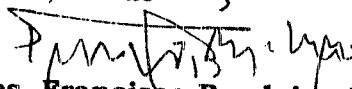
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

Logo, o apelante não faz jus a aplicação da LC nº 59/2004, por não se enquadrar na hipótese do seu artigo 21, § 2º, supratranscrito.

Ante o exposto, **dou provimento** ao **reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a julgar improcedente o pedido, invertidos os ônus sucumbenciais, cuja exigibilidade fica suspensa, visto que o autor/apelado goza dos benefícios da justiça gratuita.

É como voto.

Recife, 1º de Dezembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

248
102p



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0151892-9

Remetente: Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Luiz Ferreira da Cunha

VOTO DE REVISÃO

Vislumbrei perlustrando os autos que o apelado foi transferido para reserva remunerado, no ano de 1989, por força dos arts. 49, II, 88, I e 89, parágrafo único, da Lei nº 6.783/74, após completar mais de 30 (trinta) anos na Corporação, com proventos do grau imediatamente superior, ou seja, de Cabo para Terceiro-Sargento.

Advindo sua invalidez no ano de 2002, após inspeção médica, foi considerado reformado na inatividade, na reserva remunerada, fulcrado nos moldes do artigo 83, III, da Lei nº 10.426/90 (docs. Fls. 15/17), quando, então, requereu pela melhoria de proventos no grau de Segundo-Sargento.

Observe-se que a inspeção médica que declarou o apelado invalido se seu sob a égide do art. 100, § 13º, da Constituição Federal, cuja redação foi dada pela Emenda Constitucional nº 16/99.

A sobredita emenda, ao alterar os artigos 100, §13º e 171, §§ 2º e 3º da Constituição do Estado de Pernambuco, estendeu aos servidores militares as vedações aplicadas aos servidores públicos civis, determinando que os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderiam exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou serviu de referência para a concessão de pensão (art. 171, §2º, da CE/89).

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.

249
103 P



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

É cediço que a emenda estadual em questão buscou harmonizar a Constituição Estadual com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 20/98 na Carta da República, a qual, disciplinando o regime previdenciário dos servidores civis e militares, estabeleceu, dentre outras regras, a de que os servidores públicos não poderiam aposentar-se com proventos superiores aos percebidos na ativa (redação dada ao art. 40, §2º, da CF/88).

Cabe esclarecer, que a ECE nº 24/05 deu nova redação ao §13 da art. 100 da CE/89, desta vez excluindo o regime dos servidores militares da vedação constante do art. 171, §§ 2º e 3º, contudo, tendo em vista que o ordenamento jurídico pátrio elide a possibilidade de repristinação implícita, o que significa dizer que a revogação de uma norma não opera a automática restauração de norma anteriormente revogada, não se pode considerar que as disposições contidas nas leis nº 6.783/74 e 10.426/90 voltaram a produzir efeitos a partir do advento da ECE nº 24/05.

Por outro lado, observando que a relação jurídica de fundo, por ser trato sucessivo, afigura-se suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes. Entretanto, para esse caso, entendendo oportuno considerar os termos da Lei Complementar Estadual nº 59, de 05 de julho de 2004, que em seu art. 21 e respectivo parágrafo 2º estabelece os seguintes comandos:

Art. 21 Fica assegurada aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava em atividade, a título de promoção.

§ 2º Aos militares que, até a data da presente Lei, tenham sido reformados ou transferidos para a reserva remunerada no mesmo posto ou graduação que ocupavam em atividade, aplica-se o disposto neste artigo, com reflexos financeiros contados a partir da publicação desta Lei.

Depreende dos autos que o apelado, ocupante do grau hierárquico de Cabo/PM, foi transferido para a inatividade no posto de Terceiro – Sargento, dentro do que preceitua o art. 49, II, da Lei nº

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 – Fone: (081) 3419-3726.

250
104 β



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

6.783/74, aplicável naquele momento, não podendo ser enquadrado na Lei Complementar nº 59/2004, por não se inserir, o apelado, no contido no referido artigo 21, § 2º.

Por estas razões, dou provimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, julgando improcedente o pedido, invertido os ônus sucumbências, mas ficando suspenso, em virtude da justiça gratuita deferida em prol do apelado.

Este é o voto.

Recife, 10 de 12 de 20 .

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Revisor